

A FORMAÇÃO DOS BLOCOS REGIONAIS E DE PODER NO ESPAÇO MUNDIAL

META

Apresentar todo o processo de formação dos blocos regionais no espaço mundial, identificando, inclusive, os blocos formados principalmente pela ação capitalista.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar cada um dos principais blocos regionais estabelecidos no espaço mundial e suas características fundamentais.

PRÉ-REQUISITO

O conhecimento adquirido na disciplina Organização do Espaço Mundial.



Representação do mundo bipolar após o fim da segunda guerra mundial, divisão entre capitalistas e socialistas.
(Fontes: <http://4.bp.blogspot.com>)

INTRODUÇÃO

Caro(a) aluno(a),

O conteúdo a ser apresentado nesta aula é resultado da junção e da interconexão de todos os demais conteúdos estudados até então. Embora esteja distribuído em seções separadas, este conteúdo tem de refletir tudo o que foi estudado. Se você, caro(a) aluno(a), tiver o mínimo de preocupação em entender cada uma de suas partes, com certeza terá mais facilidade para entender todo o restante.

Em continuidade a esta reflexão, podemos afirmar que, para qualquer análise espacial ser científica, quer leve em conta o espaço geográfico, quer o econômico ou sociológico, tem de ser feita através da interpretação desse espaço como o resultado de um processo que, ora se realize de forma linear, ora seja interrompido por fatores que a ela se opõem, provocando transformações substanciais. Essas transformações, porém, não se constituem numa ruptura total, porque os fatores que agiam na produção do espaço e que foram freados pela intervenção continuam atuando de forma secundária, desacelerando e interferindo nas transformações que se processam. Daí considerarmos que o espaço deve ser encarado sempre como um campo de forças, de atritos entre objetivos e ações nos quais os elementos mais dinâmicos tendem a se expandir e os menos dinâmicos, a perder influência. Por isso, falamos em blocos regionais e de poder.

Segundo Andrade (1989: 53), numa análise concreta do espaço é também difícil distinguir o espaço econômico do espaço geográfico, porque eles se interpenetraram em um mesmo território, e os agentes que elaboram um e outro, sendo eminentemente sociais, muitas vezes se identificam. Assim, tomando um enfoque abstrato, poderíamos admitir que o espaço econômico é aquele elaborado pelas empresas ao estabelecerem a sua área de influência para o desenvolvimento de suas atividades e projetos; área de influência delimitada apenas para os setores que interessam à empresa.

Para melhor entendimento do que foi colocado por Andrade (1989), podemos dizer que uma indústria siderúrgica, por exemplo, ao estabelecer o seu espaço de atuação, leva em conta não só a área onde está fisicamente localizada, mas também a daquelas que lhe fornecem matéria-prima, energia, serviços essenciais e mercado consumidor dos seus produtos. O espaço econômico seria setorial e descontínuo e o espaço geográfico estaria mais dependente do Estado e se caracterizaria pela situação de um ponto ou de uma área. Ele seria produzido pelo homem em função de uma série de unidades, como a cidade, a nação, a região ou o próprio Estado.

Com as informações que adquirimos nos dias de hoje, seja ao ler uma revista ou um jornal, seja ao assistir a programas de televisão, seja

ao navegar na internet, conseguimos chegar ao entendimento de que no mundo moderno, com o capitalismo monopolista dominante, os Estados vêm perdendo importância e influência em face do poder das grandes empresas multi ou transnacionais que planejam o seu espaço em escala mundial, sem levar em consideração as divisões políticas e os interesses das populações. Essas empresas têm conseguido um relativo controle do poder político nos países mais pobres onde elas atuam, intervindo nas ações dos governos ou destituindo-os do poder, quando estes se opõem aos interesses dessas empresas e defendem os interesses das empresas nacionais ou até mesmo os da coletividade.

A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, houve uma redistribuição do sistema de poder na Europa, e a Inglaterra e a França substituíram Espanha e Portugal como grandes potências colonizadoras, construindo grandes impérios com anexação de territórios na África e na Ásia. A América Latina conseguiu a sua independência política na primeira metade do século XIX, em face do enfraquecimento e da perda de importância de suas metrópoles (Espanha e Portugal), mas caíram na área de influência econômica da Grã-Bretanha e, posteriormente, dos Estados Unidos. Este país, alcançando grande desenvolvimento industrial na primeira metade do século XX, viu-se beneficiado pelo enfraquecimento político e econômico dos seus concorrentes nas duas guerras mundiais (1914/18 e 1939/45) e, como principal potência capitalista, tratou de reorganizar o espaço mundial em função dos seus interesses.

É nesse cenário que foram estabelecidas as bases fundadoras para a criação e organização dos blocos regionais e de poder que encontramos no espaço mundial na atualidade, portanto vamos estudá-los e analisá-los num contexto geral e também particular.

COMO SE DEU A FORMAÇÃO DOS BLOCOS REGIONAIS E DE PODER NO ESPAÇO MUNDIAL

A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Considerando as ideias propostas por Vesentini (2003), no final do século XX, principalmente de outubro de 1989 a dezembro de 1991, o mapa-múndi político sofreu transformações radicais. Novos Estados-nações ou países surgiram nesses três anos e outros desapareceram. Fronteiras aparentemente sólidas foram redefinidas. Como exemplo, poderíamos citar a Alemanha reunificada e a antiga Tchecoslováquia dividida em dois novos Estados-nações: a República Tcheca e a Eslováquia. Mas as mudanças mais surpreendentes aconteceram na antiga Iugoslávia e na União Soviética.

Se você acompanhou esse processo através de leituras, deve lembrar-se que a antiga Iugoslávia esteve envolvida em sangrentos conflitos entre as diversas províncias que a constituíam, sobretudo na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo. O resultado disso foi a formação de cinco novos países: Croácia, Eslovênia, Bósnia, Macedônia e a União da Sérvia e Montenegro, enquanto a União Soviética, uma das superpotências mundiais até o final dos anos 1980, viu-se dividida em quinze nações independentes.

Podemos considerar esse curto período como revolucionário, isto é, um momento de aceleração do tempo histórico, de mudanças radicais e irreversíveis. É possível compará-lo a outro período do século XX, por ocasião da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando também aconteceram inúmeras e profundas mudanças no mapa-múndi. Nesses dois momentos ocorreu não apenas uma série de redefinições de fronteiras, mas também a crise de uma ordem geopolítica mundial e a emergência de outra.

Antes da Segunda Guerra Mundial, havia uma ordem mundial multipolar, ou seja, baseada em vários polos ou centros de poder que disputavam a hegemonia ou supremacia internacional:

- O Reino Unido, exclusiva potência planetária no século XIX e que conhecia uma decadência progressiva desde o final daquele século;
- A França e em especial a Alemanha, concorrentes no continente europeu e também na colonização da África e da Ásia;
- Os Estados Unidos, que já haviam se tornado uma potência no continente americano;
- O Japão, que se lançava numa aventura expansionista no leste e no sudeste da Ásia;
- A Rússia, sempre militarizada e disposta a guerras de conquistas territoriais.

As duas guerras mundiais (1914-1918/ 1939-1945), principalmente a segunda, foram momentos de desequilíbrio nessa ordem multipolar, de acirramento das disputas entre as grandes potências. O final da Segunda Guerra Mundial trouxe um novo cenário: as potências europeias estavam arrasadas e logo os seus impérios coloniais na África e na Ásia desmoronaram; o Japão também saiu arrasado da guerra e perdeu as áreas que havia conquistado no Extremo Oriente (Coreia, Manchúria, partes da Sibéria etc.).

Duas novas potências mundiais – os Estados Unidos e a União Soviética – passaram a dividir o mundo entre si. Ingressamos, assim, na época da bipolaridade, da ordem mundial bipolar, baseada em dois polos ou centros de poder, que durou cerca de 45 anos, desde o final da Segunda Guerra Mundial (1945) até 1991. Este mundo bipolar foi marcado pela disputa entre o capitalismo e o socialismo, considerados dois sistemas socioeconômicos alternativos e até antagônicos. Cada uma das duas grandes potências mun-

diais liderava o seu bloco ou conjunto de países: os Estados Unidos eram o líder econômico e político do mundo capitalista, e a União Soviética era a guardiã e exemplo a ser seguido no antigo mundo socialista.

Como você pode ter percebido, a partir desse contexto, a organização do espaço mundial passa a ter novas características. E, principalmente, após a derrocada do mundo socialista na Europa, com a derrubada do muro de Berlim e com o poder hegemônico dos Estados Unidos, os blocos regionais e de poder assumem novos contornos.

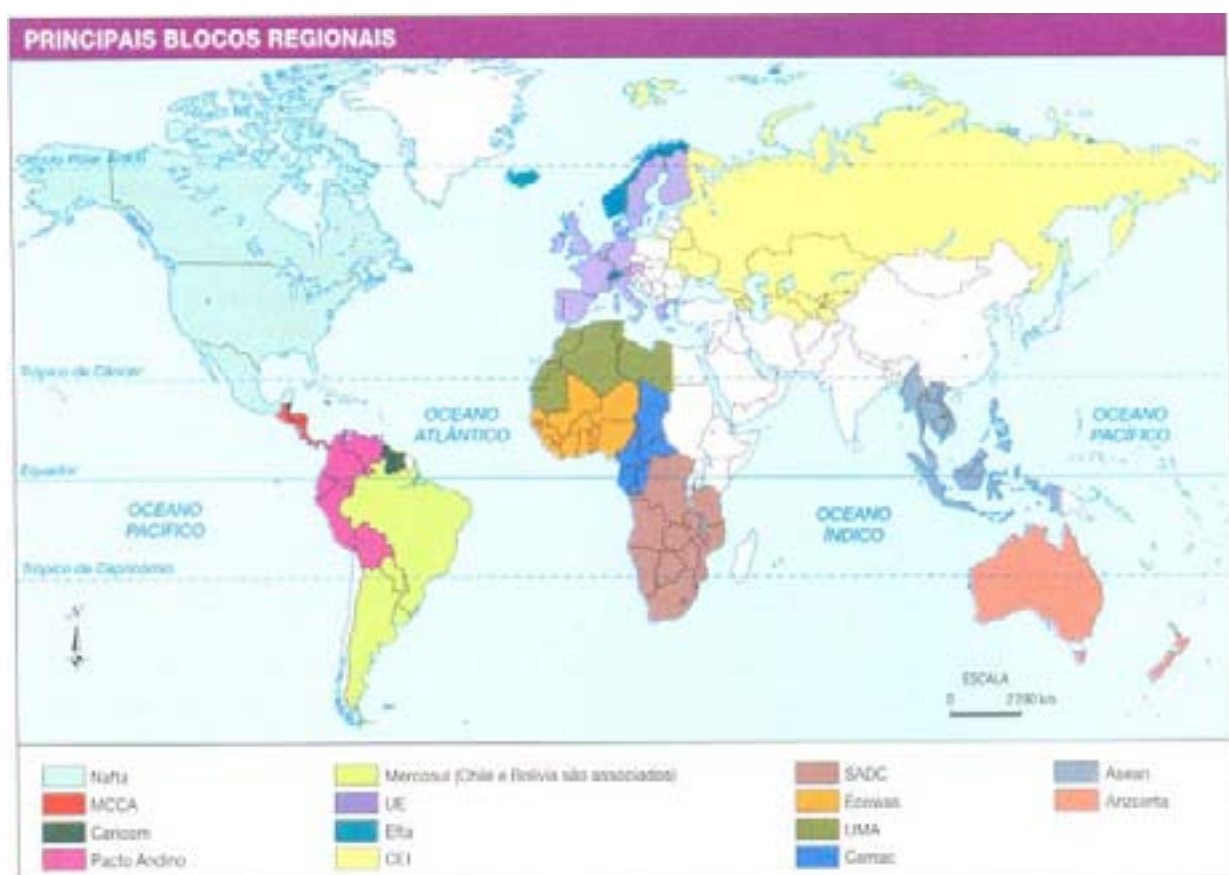
A REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL

Como todo estudioso da Geografia, sabemos que uma das grandes preocupações desta ciência é a regionalização da superfície terrestre, do espaço que serve de morada para a humanidade. Segundo Vesentini (2003), apesar de existirem inúmeras divisões do espaço geográfico mundial, podemos dizer que predominam hoje duas formas de regionalização. Uma é a compartimentação do globo terrestre em critérios naturais, em especial pelos continentes: África, América, Eurásia, Oceania etc. A outra é a divisão do espaço mundial por critérios sociais ou político-econômicos: o Norte (países ricos ou industrializados) e o Sul (países pobres ou subdesenvolvidos), levando em consideração as desigualdades internacionais.

A primeira classificação tem como referência a geologia: trata-se de uma divisão resultante da história natural do Planeta Terra, da separação operada pela natureza entre porções líquidas (oceanos e mares) e partes sólidas (continentes e ilhas). A segunda toma como ponto de partida a sociedade. É uma divisão do espaço mundial baseada em elementos político-econômicos. Os elementos naturais – os solos, o clima, o relevo etc. – também são estudados, mas não servem de critério definidor ou delimitador do espaço. O homem (ou melhor, a sociedade humana) é visto aqui como agente principal, como sujeito que ocupa e transforma seu meio natural. Não se trata de encaixá-lo num quadro espacial definido pela natureza, mas, sim, de entender como a sociedade constrói e reconstrói continuamente o espaço. A natureza passa, assim, a ser estudada em função da dinâmica do social.

de um bloco começa pela proximidade geográfica. Sendo assim, é possível constatar a importância da geografia para a formação das alianças econômicas, ou seja, os acordos são firmados entre países mais próximos, até mesmo para aproveitar a integração física já existente ou que possa ser construída.

Dessa forma, fica fácil concluir que a integração regional amplia o espaço territorial dos Estados. Ao se associar aos países vizinhos, um Estado pode tirar vantagens de um território mais amplo para a produção e comercialização de bens e serviços. É verdade que um país com território grande não é, necessariamente, mais rico e influente que outros menores, mas a formação dessas regiões econômicas permite que os Estados diversifiquem e ampliem as formas de geração de riqueza. A formação dos blocos econômicos na prática e algumas de suas implicações é o que vamos



“PRINCIPAIS BLOCOS REGIONAIS” – Ieda Silveira – Geografia da Gente, Vol. 4 – pág. 98)

estudar a partir de agora.

Os principais Blocos Regionais do mundo contemporâneo são:

a) Nas Américas:

a.1 – Acordo de Livre Comércio da América do Norte, que reúne Canadá, Estados Unidos e México. Essa associação é mais conhecida como Nafta

(North American Free Trade Agreement);

a.2 – Mercado Comum da América Central ou MCCA (Mercado Comum Centro-Americano), que congrega Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Panamá e Costa Rica;

a.3 – Mercado Comum do Caribe ou Caricom (Caribbean Community), do qual participam as ilhas da região Caribenha, além de Belize, Guiana e Suriname – estes dois últimos localizados na América do Sul;

a.4 – Pacto Andino, que reúne Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia;

a.5 – Mercosul, formado por Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai: Bolívia e Chile são países associados.

b) Na Europa;

b.1 – União Europeia (UE), que integra quinze países. Além dos Estados indicados no mapa anterior, outros estão aguardando permissão para ingressar nesse mercado;

b.2 – Associação Europeia de Livre-Comércio ou Efta (European Free Trade Association), formada por Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein;

b.3 – Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que une as ex-repúblicas soviéticas socialistas.

c) No Continente Africano:

c.1 – SADC – Southern African Development Community ou Comunidade África Meridional para o Desenvolvimento;

c.2 – Ecovas – Economic Community of West African States, comunidade econômica que reúne Estados da África Ocidental (oeste).

d) No Continente Asiático:

O principal destaque é a Asean – Association of South East Asian Nations ou Associação das Nações do Sudeste Asiático, da qual participam Brunei, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia, Vietnã, Laos, Comboja e Mianma.

e) Na Oceania existe um acordo para aprofundar as relações econômicas entre Austrália e Nova Zelândia, o Anzcerta (New Zeland Closer Economic Relations Trade Agreement). Também é intensa a articulação comercial desses países com o Sudeste Asiático.

Como você deve ter reparado, os nomes de alguns blocos regionais se constituem de termos como mercado comum ou área de livre-comércio. As denominações por si só já fornecem dicas sobre o grau de integração atingido por cada área subcontinental.

Se a proximidade entre os Estados ajuda a eliminar barreiras físicas, os acordos de integração têm por objetivo eliminar barreiras econômicas impostas ao livre-comércio. Isso pode ocorrer de diferentes formas, como podemos verificar a seguir.

OS DIFERENTES NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO

Os acordos regionais variam em função do grau de aprofundamento da integração:

a) **ÁREA DE LIVRE-COMÉRCIO** – Nas zonas de livre-comércio, como as englobadas pelo Nafta e pela Asean, as mercadorias circulam livremente pelas fronteiras entre os países, com a paulatina redução ou eliminação das tarifas alfandegárias e sem tantas barreiras não-tarifárias, como fitos-sanitárias.

b) **UNIÃO ADUANEIRA** – O Mercosul pode ser um exemplo de união aduaneira. Por esse acordo, além de livre circulação interna de mercadorias, são estabelecidas as mesmas tarifas para os produtos importados de países que não participam do bloco. Desse modo, por exemplo, todos os países do Mercosul impõem uma taxa de 13% para a importação de alimentos e bebidas, percentual que também corresponde à taxa média de importação aplicada pelos países desse bloco regional. A maior é aplicada a carros importados (35%). A taxa comum é conhecida por Tarifa Externa Comum ou simplesmente TEC. Para alguns estudiosos, como os países do Mercosul mantêm muitas exceções à TEC, este bloco seria uma “união aduaneira imperfeita” (já que é incompleta).

c) **MERCADO COMUM** – Neste tipo de acordo, além da livre circulação de mercadorias e de uma política comum de importação, os países permitem a livre circulação de capitais e pessoas, ou seja, de investimentos diretos e indiretos e de mão de obra.

d) **UNIÃO MONETÁRIA** – É o estágio já atingido pela União Europeia, cuja moeda única é o euro, que entrou em circulação no início de 2002. Nesse momento, o euro passou a circular não apenas no meio financeiro, mas também entre a população em geral. O Banco Central Europeu é o responsável pela emissão dessa moeda.

É interessante perceber que a área de livre-comércio pode constituir tanto a primeira etapa de integração como o objetivo final do acordo entre países. Não é objetivo do Nafta ou do Efta, por exemplo, aprofundar o grau de integração; ambos continuarão constituindo áreas de livre-comércio (objetivo final). Esse já não foi o caso do Mercosul, que passou de área de livre-comércio (primeira etapa de integração) a união aduaneira.

CONCLUSÃO

Há estudiosos que acreditam que um país está restringindo seus fluxos de comércio a uma escala regional, deixando de privilegiar a escala global, a partir do momento em que ele opta por se integrar a seus vizinhos. Em síntese, o mundo caminha apenas em direção à regionalização.

No entanto, há outros que consideram a escala regional como a primeira etapa de abertura à integração global. Assim, quando um país decide abrir seu comércio aos países vizinhos, eliminando barreiras tarifárias e não-tarifárias, está dando o primeiro passo em direção à conquista do mercado internacional. O objetivo final seria a conquista de mercados extrablocos. Portanto, critérios utilizados para compartimentar o espaço mundial são múltiplos e a organização dos blocos regionais também está instituída sobre interesses diferenciados, como observamos neste conteúdo.

RESUMO

A partir do estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial, que acontece tanto após a I Guerra Mundial (mundo multipolar) como após a II Guerra Mundial (mundo bipolar) e, principalmente, após a derrocada do socialismo na Europa (queda do muro de Berlim), a organização do Espaço Mundial ocorre de forma diversificada e acima de tudo focada nos interesses do sistema capitalista. Vários tipos de regionalização foram criados e todos eles partiram do princípio de que o mundo dividido em regiões pode ser mais bem compreendido e, acima de tudo, mais bem organizado economicamente. A formação dos Blocos Regionais ou de Poder revela um pouco disso. O modelo bipolar (pós II Guerra Mundial), liderado pelos Estados Unidos contra a União Soviética, foi destruído com a queda do Muro de Berlim. Um novo modelo, ainda difuso, vem se impondo na Nova Ordem Internacional, em que os Estados Unidos se destacam não só no campo militar, mas também no econômico. Nesta aula, fica bem claro que existem diferentes abordagens sobre a regionalização, diferentes meios para definir e identificar as regiões. Um dos problemas a serem considerados em qualquer regionalização é o da escala espacial. Considera-se, geralmente, que a escala geográfica é uma materialização do mundo real por diferentes níveis de abstração, que vão desde o global (mais abstrato e mais geral) até o local (mais concreto). Por essa razão, colocamos em cena a Organização do Mundo Contemporâneo da forma que foi apresentada nos itens anteriores.



ATIVIDADES

Consulte o site www.oecd.org – home page da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE), que congrega os 26 países considerados mais desenvolvidos do mundo e onde há bons textos e dados sobre diversos países.

**COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES**

As denominações países do Norte e países do Sul começaram a ser utilizadas com mais frequência por serem “neutras”, isto é, por não terem uma conotação de avanço ou atraso, de superioridade ou de inferioridade. As demais noções – países desenvolvidos e subdesenvolvidos, países ricos e pobres, primeiro e terceiro mundo, centro e periferia, economias avançadas e atrasadas – normalmente têm essa conotação de insuficiência ou de carência para o segundo grupo de nações, algo que não é totalmente incorreto, mas é pouco diplomático.

Isso não significa que essas noções foram abandonadas. Elas continuam a ser utilizadas e ainda são úteis, dependendo do contexto. Todavia, a idéia Norte e Sul tornou-se a mais popular, a mais empregada atualmente. No entanto, qualquer divisão da realidade mundial é apenas parcialmente verdadeira, pois não podemos esquecer que existe cerca de duas centenas de Estados-Nações na superfície da Terra, cada um diferente dos outros.

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos O Papel do Estado e do Planejamento no Brasil.

**AUTOAVALIAÇÃO**

Será que o que estudei até então está facilitando o meu processo de aprendizagem? Será que este conteúdo foi assimilado com sua respectiva complexidade? Estou conseguindo entender o que está posto nesta aula? Caso não esteja entendendo o conteúdo trabalhado, o que devo fazer, como proceder?



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**, 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 1989.
- CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional: Introdução à Economia do Espaço Geográfico**, 2ª Edição. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.
- GUIMARÃES, L. e GALINDO, O., et alii. **O Desenvolvimento Desigual da Economia no Espaço Territorial Brasileiro: décadas de 1970 e 1980**. Rio de Janeiro: FUNDAI/INPSO (Relatório de Pesquisa), 1990.
- RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional: teoria da localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 (tradução de Fausto Guimarães Cupertino – IPE e USP).
- SILVEIRA, Ieda. **A Geografia da Gente**. Vol. 4, São Paulo: Ática, 2003.
- VESENTINI, J. William. **Geografia Geral e do Brasil**. 43ª Edição, São Paulo: Ática, 2003.